



## A NOÇÃO DE *MILIEU* NA ARQUEOGENEALOGIA DE FOUCAULT

KAIRA NEDER<sup>1</sup>

**RESUMO:** No presente artigo investigou-se o recurso recorrente à noção de *milieu* nos trabalhos arqueológicos e genealógicos de Foucault. Primeiramente, salientou-se a relação da noção de *milieu* em Foucault com as análises de Canguilhem sobre o tema, o que levou à proposição de que a noção de *milieu* é um elemento que une o pensamento de Foucault ao de Canguilhem tanto na arqueologia como na genealogia. Em segundo lugar, notou-se como a noção de meio toma duas formas no trabalho de Foucault: o questionamento epistemológico da condição de possibilidade de seu aparecimento (como em *Les mots et les choses* e *Securité, Territoire, Population*); e como relacionada à emergência de um conjunto de práticas que incidem sobre o *milieu* (*Histoire de la Folie, Il faut défendre la société, Securité, territoire, population*, etc.). Mostrou-se como a noção de *milieu* oferece elementos para pensar a continuidade entre a arqueologia e genealogia foucaultianas, na medida em que se observou a persistência do tema e do sentido de *milieu* tanto na arqueologia quanto na genealogia de modo conceitualmente coerente e de aparição recorrente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Foucault, Meio, Vida, Canguilhem.

**ABSTRACT:** This article investigated the recurrent use of the notion of *milieu* in Foucault's archaeological and genealogical works. Firstly, the relationship between Foucault's notion of *milieu* and Canguilhem's analyzes on the topic was highlighted, which led to the proposition that the notion of *milieu* is an element that unites Foucault's thought with Canguilhem's in both archeology and genealogy. Secondly, it was noted how the notion of *milieu* takes two forms in Foucault's work: the epistemological questioning of the condition of possibility of its appearance (as in *Les mots et les choses* and *Securité, Territoire, Population*); and as related to the emergence of a set of practices that affect the *milieu* (*Histoire de la Folie, Il faut défendre la société, Securité, territoire, population*, etc.). It was shown how the notion of *milieu* offers elements to think about the continuity between Foucauldian archeology and genealogy, insofar as the persistence of the theme and meaning of *milieu* in both archeology and genealogy was observed in a conceptually coherent and recurring appearance.

**KEYWORDS:** Foucault, Medium, Life, Canguilhem.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Agradeço ao financiamento para a realização da pesquisa de doutorado às agências de fomento CAPES (88887.876887/2023-00) e FAPESP (2024/00778-6). E-mail: nederkaira@gmail.com.

G. Canguilhem quer reencontrar, através do saber [*savoir*] sobre a vida e dos conceitos que articulam esse saber, o que é feito do *conceito na vida*. Isto é, do conceito, na medida em que ele é um dos modos desta informação que todos os viventes extraem do seu meio [*milieu*] e pela qual, inversamente, ele estrutura seu meio [*milieu*]. Que o homem vive em um meio [*milieu*] conceitualmente arquitetado não prova que ele se afastou da vida por algum esquecimento ou que um drama histórico o separou dela; mas somente que ele vive de uma certa maneira, que ele possui, com seu meio [*milieu*], uma relação tal que ele não tem sobre ela um ponto de vista fixo, que é móvel sobre um território indefinido ou muito amplamente definido, que ele tem de se locomover, de se deslocar para recolher informações, que ele tem que mover as coisas umas em relação às outras para torná-las úteis. Formar conceitos é uma maneira de viver e não de matar; é uma forma de viver em uma relativa mobilidade e não uma tentativa de imobilizar a vida; é manifestar, entre esses milhares de viventes que informam seu meio [*milieu*] e são informados a partir dele, uma inovação que julgaremos como quisermos, ínfima ou considerável: um tipo muito particular de informação. (FOUCAULT, 1985/1994, p. 773-774, grifos do autor)<sup>2</sup>.

Escolhemos não por acaso o belíssimo texto de Michel Foucault *La vie: l'expérience et la science* para iniciar nossa exposição. Trata-se do último texto de Foucault, já à beira da morte, reelaborado a partir de modificações do prefácio que ele havia escrito para a edição estadunidense de *Le normal et le pathologique*. Para além do valor simbólico de destacar o último texto de um autor na memória dos 40 anos de sua morte, nesse texto está contida uma homenagem de Foucault ao seu mestre, algo semelhante ao que estamos fazendo neste dossiê. Mais ainda, esse excerto se relaciona intimamente com o argumento do presente trabalho, a saber, de que os objetos que emergiram com o surgimento da vida na modernidade, particularmente o de *milieu*<sup>3</sup>, estão dispersos de modo recorrente pela arqueogenealogia foucaultiana de uma maneira unificadora<sup>4</sup>, mas não linear. Ainda, mostraremos que é a partir do tema meio e da vida que Foucault se mantém ligado à pesquisa de Canguilhem até pelo menos o fim da fase genealógica, limite de nosso estudo.

Nem vida nem *milieu* consistem em conceitos foucaultianos. Não são elencados por Revel (2002) como conceitos e nem ao menos são termos grafados no índice remissivo de *Dits et Écrits*. Posteriormente, Revel (2008) inclui o vocábulo *vie* no reformulado *Dictionnaire Foucault*, mas fica claro que *vie* aparece ali não como um conceito e sim como tema abordado

---

<sup>2</sup> As traduções são de autoria própria. Particularmente no francês, pelas similaridades lexicais e gramaticais entre francês e português, é impossível que o texto traduzido do original não se assemelhe ou mesmo seja idêntico às traduções já veiculadas no Brasil.

<sup>3</sup> O *milieu* é analisado como um dos aspectos relacionados ao tema da vida por Muhle (2021) e Ruelle (2005), mas não como aspecto central, como será feito aqui.

<sup>4</sup> O argumento da vida como tema unificador na obra de Foucault é muito bem elucidado pelo texto de de Conti (2022) ao pontuar que “a transição epistêmica de que se origina a vida converte-se, assim, no terreno de que se eleva o biopoder, e as considerações iniciais de Foucault a respeito da noção de vida tornam-se a base de sua reflexão posterior acerca da biopolítica” (p. 184). Porto Carrero (2009), nessa linha, propõe que na obra de Foucault encontram-se três concepções de vida que coincidem com as fases de sua produção: vida como saber (arqueologia), vida como saber-poder (genealogia) e vida como obra de arte (cuidado de si).

a partir de três ângulos pelo autor<sup>5</sup>. Tratam-se antes de noções derivadas das análises de Foucault sobre saberes e práticas na modernidade. São produções da episteme moderna, dos saberes e das práticas por ele analisadas nesse período. Não se refere, portanto, a uma acepção de vida pertencente a uma “filosofia da experiência, do sentido e do sujeito”, mas sim de um questionamento no âmbito do conceito e da racionalidade científica<sup>6</sup>.

É crucial perceber, entretanto, que Foucault, diferentemente de Bichat e de Canguilhem, não busca analisar a dinâmica vital por si própria (*i.e.*, definir a vida como poder vital); em vez disso, Foucault analisa o *fato epistêmico* de que a vida se torne *pensável* como dinâmica, vital ou vivente. É essa compreensão da “vida” bem como do “trabalho” e da “linguagem” como “quase-transcendentais” (FOUCAULT, 1985, p. 265), isto é, a arqueologia da vida, que explica a indeterminação da vida no pensamento de Foucault. (MUHLE, 2021, p. 301)<sup>7</sup>.

Ruelle (2005) salienta, nessa linha, que não há possibilidade de um universal de vida em Foucault (como qualquer análise de sua autoria) pelo fato de a vida em sua obra ser consoante com “as estruturas conceituais que o homem dispõe [*met en place*] para a apreender” (p. 27). Em Foucault, a vida e o meio são “tema[s] de um dentro que seria[m] apenas a prega do fora, como se o navio fosse uma dobra do mar” (DELEUZE, 1986/2004, p. 104). Vida e meio transitam pela obra de Foucault como prega do fora a partir do momento em que a vida encontra sua condição de possibilidade na episteme moderna. E daí ela se transforma em um movimento constante de formulação conceitual em conformidade com as condições de visibilidade e enunciabilidade do que Foucault se propunha a analisar em determinado momento.

A citação com a qual abrimos o texto parece calhar agora perante a reflexão sobre o movimento do pensamento de Foucault: formular conceitos é uma forma de viver. E a própria vida, na relação do vivente com o seu meio, não é estática, ele não apreende o meio de um ponto de vista fixo, mas sim a partir de uma relação “que é móvel sobre um território indefinido ou muito amplamente definido, que ele tem de se locomover, de se deslocar para recolher

---

<sup>5</sup> Primeiramente, o projeto *Les vies parallèles*. Em segundo lugar, a biopolítica. E, por fim, o cuidado de si como forma de resistência ao poder, isto é, “onde a vida é presa de procedimentos de gestão e controle, exploração e captura, ela pode, ao contrário, afirmar o que nenhum poder jamais possuirá: sua própria potência de criação” (REVEL, 2008, p. 134).

<sup>6</sup> “Sem ignorar as clivagens que puderam, durante os últimos anos e desde o fim da guerra, opor marxistas e não-marxistas, freudianos e não-freudianos, especialistas em uma disciplina e filósofos, acadêmicos e não-acadêmicos, teóricos e políticos, parece-me que poderíamos reencontrar uma outra linha divisória que atravessasse todas estas oposições. É aquela que separa uma filosofia da experiência, do sentido, do sujeito e uma filosofia do saber, da racionalidade e do conceito. Por um lado, uma filiação que é aquela de Sartre e Merleau-Ponty; e de outro, que é a de Cavailles, Bachelard, Koyré e Canguilhem” (FOUCAULT, 1985/1994, p. 764).

<sup>7</sup> Não foi possível obter o acesso ao texto em inglês original da autora. Contamos com a tradução realizada e publicada no Brasil (MUHLE, 2021).

informações, que ele tem que mover as coisas umas em relação às outras para torná-las úteis” (FOUCAULT, 1985/1994, p. 774).

Como já salientado, com o surgimento da noção de *vida* em sua acepção moderna outras noções encontraram sua condição de possibilidade (FOUCAULT, 1966). Dentre elas encontra-se a noção de *milieu*, foco do presente trabalho. Em consonância com a proposição de Conti (2022) de que a passagem da arqueologia para a genealogia não se refere a uma ruptura<sup>8</sup>, tentaremos demonstrar a centralidade do conceito de meio nessa continuidade. Mais ainda, partindo do ponto manifesto da influência de Canguilhem no que concerne à leitura de Foucault sobre o surgimento da vida na episteme moderna (FOUCAULT, 1966), demonstraremos como esse movimento em torno do tema do meio (de sua acepção conceitual em direção às implicações socioeconômicas) consiste em um elo contínuo entre a produção de Foucault e seu mestre. Para tal, acompanharemos o *movimento* do conceito (em Canguilhem) e da noção (em Foucault) de meio nos trabalhos arqueológicos e genealógicos de Foucault e em trabalhos selecionados de Canguilhem em que o tema é central.

### Vida e meio como noções modernas

Na perspectiva de História e Filosofia da Ciência de Canguilhem e da arqueologia traçada por Foucault em *Les mots et le choses* (FOUCAULT, 1966), *vida e meio* como conceitos das ciências naturais emergiram entre o século XVIII-XIX (Canguilhem, 1965/2015). Enquanto Canguilhem identificou e analisou as transformações conceituais do conceito de meio em teorias científicas da época (nas teorias médicas, na psicologia e em outras disciplinas científicas), Foucault questionou suas condições de possibilidade ao relacionar sua emergência à transição da episteme clássica para a moderna que seria contemporânea ao autor. Começamos pelo argumento de Canguilhem por ele ter servido de fundamento para a exposição foucaultiana em um período posterior.

Em *Le vivant et son milieu*, Canguilhem (1965/2015) analisou as transformações da noção e do termo *milieu* desde o seu surgimento na mecânica newtoniana. Canguilhem transita pelo que ele denominou como “etapas históricas da formação do conceito” (CANGUILHEM, 1965/2015, p. 165). O relevo conferido por Canguilhem ao conceito de meio é relativo à importância que este teria adquirido no pensamento científico desde a modernidade: “a noção de meio [*milieu*] está em vias de se tornar um modo universal e obrigatório de apreender [*de*

---

<sup>8</sup> Na medida em que a passagem “envolve uma ampliação do campo de investigação para incluir, de maneira mais precisa, o estudo das práticas discursivas e para analisar o saber em termos de estratégias de poder” (Conti, 2022, p. 184-185).

*saisie*] a experiência e a existência dos seres vivos, e poder-se-ia quase falar de sua constituição como categoria do pensamento contemporâneo” (CANGUILHEM, 1965/2015, p. 165).

De acordo com Canguilhem, a noção de *milieu* apareceu pela primeira vez em Newton como uma noção abstrata, ainda que nesse momento não tenha se erigido um conceito. Trata-se da tentativa de Newton de oferecer uma solução à questão do veículo da ação a partir de uma formulação que implica em sua essência a relação. Para Canguilhem, em Descartes esse problema não poderia ter existido e, portanto, não haveria como emergir a ideia de *milieu* na teoria cartesiana, visto que em sua teoria o choque se referia ao único tipo de ação física e, ao mesmo tempo, única situação física. Newton propõe que o éter luminoso é o “veículo fluido da ação à distância” (CANGUILHEM, 1965/2015, p. 166).

Isto explica a transição da noção de fluido veicular para a sua designação como meio [*milieu*]. O fluido é o intermediário entre dois corpos, é o seu ambiente [*milieu*]; e à medida que penetra todos esses corpos, esses corpos se situam *no meio* dele [*au milieu de lui*]. De acordo com Newton e de acordo com a física das forças centrais, é então porque existem centros de forças que podemos falar de um ambiente [*environnement*], que podemos falar de um meio [*milieu*]” (CANGUILHEM, 1965/2015, p. 167, grifos próprios).

Da noção newtoniana Lamarck, por influência de Buffon, deriva o termo e a noção de *milieu* (ainda de modo abstrato e no plural) e o introduz na biologia. Em Lamarck, os *milieux*, as “circunstâncias influentes”, se referem aos fluidos (a água, a luz, o ar, por exemplo), isto é, ao conjunto de ações que atuam exteriormente ao organismo (CANGUILHEM, 1965/2015, p. 168). Canguilhem desenvolve o argumento de que em Lamarck a relação estabelecida entre o vivente e o meio é assíncrona: o meio é exterior e “ignora” o vivente. O meio, prossegue Canguilhem, é “verdadeiramente exterior no próprio sentido da palavra, ele é estrangeiro, ele não faz nada pela vida” (CANGUILHEM, 1965/2015, p. 174). Com a mudança das condições ambientais, o meio comanda a ação do vivente que visa, por mediação da necessidade, à adaptação: é para se manter como vivente em um meio [*milieu*] alterado que o vivente precisa se transformar (CANGUILHEM, 1965/2015, p. 173-4).

Será em Comte, em 1838, que o conceito de *milieu* no singular é formulado de modo mais próximo ao sentido que nos é contemporâneo, ainda que sua derivação seja ainda newtoniana. Trata-se da totalidade das circunstâncias exteriores que são necessárias para que todos os indivíduos existam (CANGUILHEM, 1965/2015, p. 170). É a primeira vez que se formula uma relação dialética entre meio e organismo e na qual se estabelece uma função entre o que é considerado um meio adequado e um vivente bem sucedido: “A ligação do organismo e do meio [*milieu*] é, portanto, aquela de uma função a um conjunto de variáveis, ligação de

igualdade que permite determinar a função pelas variáveis, e as variáveis separadamente a partir da função” (CANGUILHEM, 1965/2015, p. 171).

Paremos nesse ponto da história conceitual de Canguilhem, pois a acepção moderna de *milieu* já está aqui contida. Ao longo do texto Canguilhem percorrerá outras disciplinas de modo a demonstrar o infiltramento e as transformações do conceito de meio. Em um primeiro momento há a descrição do meio geográfico em Ritter e Humboldt, este último que, por exemplo, se ocupa da distribuição botânica *em conformidade* com o clima, ou seja, da relação funcional entre o vivente e o meio que ele habita (CANGUILHEM, 1965/2015). No programa da psicologia de Watson a ênfase recai no estudo das *condições* de adaptação do organismo a determinado meio, o que é obtido a partir da *relação* entre estímulo e resposta (CANGUILHEM, 1965/2015).

O caráter de função que se estabelece entre meio e vivente será ressaltado em diversos pontos do texto por Canguilhem, com relevo no que concerne às teorias biológicas, particularmente na psicologia animal de von Uëxkull e na patologia humana de Goldstein. A relação entre vivente e meio do ponto de vista biológico detém uma particularidade se comparada ao ponto de vista físico:

Do ponto de vista biológico, é preciso compreender que, entre o organismo e o ambiente, existe a mesma relação que entre as partes e o todo no interior do organismo mesmo. A individualidade do vivo não cessa em suas fronteiras ectodérmicas, não mais do que começa na célula. *A relação biológica entre o ser e seu meio [milieu] é uma relação funcional e, por consequência, móvel, cujos termos mudam sucessivamente seu papel.* (CANGUILHEM, 1965/2015, p. 184, grifos próprios).

A relação funcional entre o vivente e seu meio também é o cerne dos argumentos mobilizados por Canguilhem em *Le normal et le pathologique* para elucidar as concepções de normalidade e patologia na medicina do século XX (CANGUILHEM, 1966/2021). É o que ele encontra nos trabalhos de seu contemporâneo Maximillian Sorre: o vivente no seu sentido coletivo busca de modo constante sua “função ótima” (CANGUILHEM, 1966/2021, p. 162). O ponto principal desenvolvido por Canguilhem se refere ao fato de que a tal função ótima, a normalidade, não é uma constante absoluta. “Não existe problema patológico em si, o anormal só pode ser apreciado em uma relação” (CANGUILHEM, 1966/2021, p. 162).

Em linhas gerais, Canguilhem destacou a relação de funcionalidade e da busca de adaptação entre vivente e meio como uma das principais características do tipo de relação estabelecida entre homem e meio ao longo do século XIX e XX. O ser vivo e o meio não são estáticos, eles se alteram continuamente e o ser vivo, nessa relação funcional, é concebido como

se constituindo mutualmente com seu meio. Dessa concepção decorre o conceito de meio no momento em que atinge as ciências biológicas majoritariamente a partir do século XIX: quais as condições ambientais que produzem a doença e quais resguardam o funcionamento saudável, qual a relação entre determinado meio e os tipos de vida que ali proliferam ou são mal sucedidos?

Veremos como Foucault adere à proposição do surgimento do meio como uma noção emergente na modernidade e estabelece uma afiliação teórica com Canguilhem. Enquanto Canguilhem define conceitualmente o meio em diversos autores e disciplinas, Foucault (1966) questiona o *a priori* histórico que possibilitou que a vida (assim como o meio, como veremos) tenha se tornado um conceito. Trata-se da análise sobre o surgimento da episteme moderna em *Les mots et les choses*. Foucault define três epistemes<sup>9</sup> que teriam moldado o pensamento ocidental no período posterior à Idade Média. A primeira delas, a idade da semelhança, teria se estendido do renascimento ao século XVI.

O mundo se enrolava sobre si mesmo: a terra repetindo o céu, os rostos espelhando-se nas estrelas e a grama envolvendo em seus caules os segredos que serviam ao homem. A pintura imitava o espaço. E a representação – fosse festa ou saber – dava-se como repetição: teatro da vida ou espelho do mundo, este era o título de toda a linguagem, sua maneira de se anunciar e de formular seu direito de falar. (FOUCAULT, 1966, p. 32).

Na idade da semelhança a análise da relação entre as palavras e as coisas colocava a seguinte questão: como garantir que o signo designa o que ele significa? Quer dizer, como assegurar que as palavras correspondem às coisas que elas designam? A resposta é encontrada na similaridade: “buscar sentido é revelar [*mettre au jour*] o que se assemelha. Buscar a lei dos signos é descobrir as coisas que são semelhantes” (FOUCAULT, 1966, p. 44). A semelhança é designada pela assinalação: “A semelhança era a forma invisível daquilo que, do fundo [*au fond*] do mundo, tornava as coisas visíveis; mas para que essa forma, por essa vez, venha à luz, é necessária uma figura visível que a tire de sua profunda [*profonde*] invisibilidade” (FOUCAULT, 1966, p. 41-2). Nesse espaço de eterno desdobramento

Quando se tem que fazer a história de um animal, inútil e impossível escolher entre o ofício de naturalista e aquele de compilador: é preciso recolher em uma única e mesma forma do saber tudo o que foi visto e ouvido, tudo o que foi contado pela natureza ou pelos homens, pela linguagem do mundo, tradições ou poetas. Conhecer um bicho, ou uma planta, ou qualquer coisa da terra, é recolher toda a espessa camada de sinais que possam ter sido depositados neles ou sobre eles; significa também encontrar todas as constelações de formas onde elas adquirem o valor de brasão. [...] Saber consiste, portanto, em reportar a linguagem à linguagem. Em restaurar a grande planície uniforme das palavras e das coisas. Em fazer tudo falar. Isto é, em fazer nascer acima

---

<sup>9</sup> Cf. FOUCAULT, 1969/1996, p. 249-250, para uma definição de *episteme*.

de todas as marcas o segundo discurso do comentário. A essência do conhecimento não é ver nem demonstrar, mas interpretar. (FOUCAULT, 1966, p. 55).

Dentro dessa episteme, a história de uma planta era a história de toda a “rede semântica” que liga esse ser com o mundo, quer dizer quais são seus órgãos, seus elementos, benefícios de sua ingestão, quais as lendas e histórias que a associam, em quais brasões a planta aparece, todas suas aplicações medicamentosas ou alimentícias, etc. Inexistia a divisão entre a Observação, o Documento e a Fábula pelo fato de que os signos integravam as coisas. Com o advento da episteme clássica, entre o fim do século XVII e início do século XVIII, os signos tornar-se-ão formas de representação. A questão acerca da relação entre as palavras e as coisas colocada pela episteme clássica se refere à forma de relação entre o signo e o significado: como palavra e coisa se relacionam? Questão que será respondida a partir da análise da representação (FOUCAULT, 1966).

Mas, da mesma forma, a linguagem não será nada mais que um caso particular da representação (para os clássicos) ou de significação (para nós [episteme moderna]). A profunda relação de pertencimento [*appartenance*] entre a linguagem e o mundo é desfeita. O primado da escrita está suspenso. Desaparece então essa camada uniforme onde se entrecruzam indefinidamente o visto e o lido, o visível e o enunciável. As coisas e as palavras vão se separar. O olho será destinado a ver, e apenas a ver; a orelha somente a escutar. O discurso terá por tarefa dizer o que é, mas não será mais do que aquilo que diz. (FOUCAULT, 1966, p. 58).

Nessa linha, Foucault salienta que na episteme clássica as coisas são o que é visível em sua superfície. Disso decorre a possibilidade de representação dentro de uma taxonomia em quadro, na medida em que na disposição em quadro sistematizam-se as coisas pelo que é captável pela visão (características que aproximam ou diferenciam os seres e que permitem agrupamentos em classes, reinos). A organização do visível é, de acordo com Foucault, o *a priori* da episteme clássica que tornou possível a constituição da História Natural. A ordenação dos seres é feita a partir de quatro variáveis que se organizam de uma maneira lógica: o pressuposto de que o organismo é o que é visível e passível de ser *descrito*. Da descrição decorre a possibilidade de *designação* destes no rol das espécies, a partir do estabelecimento das *séries de vizinhanças*, de proximidades e distanciamentos, que podem ser atribuídas aos seres.

As coisas e as palavras estão muito rigorosamente entrecruzadas: a natureza não se dá senão através da grade das denominações e ela que, sem tais nomes, permaneceria muda e invisível, cintila ao longe, por trás delas, continuamente presente para além desse quadriculado que a oferece, no entanto, ao saber e não a torna visível senão inteiramente atravessada pela linguagem. É por isso, sem dúvida, que a história natural, na época clássica, não se pode constituir como biologia. Até ao final do século XVIII, na verdade, a vida não existe. Mas somente seres vivos. Estes formam uma, ou melhor, várias classes na série de todas as coisas do mundo: e se se pode falar de vida, é apenas como um caráter - no sentido taxonômico da palavra - na distribuição universal dos seres. [...] A vida não constitui um limite manifesto a partir do qual formas inteiramente novas do saber são requeridas. Ela é uma categoria de

classificação, relativa como todas as outras aos critérios que se estabeleceram. E como todos os outros, submetidos a certas imprecisões quando se trata de estabelecer as fronteiras. Assim como o zoófito está na margem ambígua dos animais e das plantas, também os fósseis e os metais se alojam neste limite incerto onde não se sabe se é preciso falar ou não da vida. Mas a divisão entre o vivo e o não-vivo nunca é um problema decisivo. (FOUCAULT, 1966, p. 173-174).

Portanto, a *vida* como um conceito dentro de uma ciência denominada *biologia* não existia e nem poderia existir até o advento da modernidade. É apenas na episteme moderna que *vida* e *meio*, como conceitos *biológicos*, encontram o *a priori* que tornaria esses conceitos formuláveis<sup>10</sup>. Trata-se da resposta ao problema também vigente na Idade Clássica sobre a ligação de um signo ao seu significado. Enquanto na Idade Clássica a resposta era conferida a partir da possibilidade de representação da coisa pelas palavras, pelo ordenamento, na modernidade a possibilidade de representação é questionada. Este é o fundamento da crítica kantiana, de acordo com Foucault: a impossibilidade da representação em decorrência da existência de uma interioridade (o transcendental) que escapa a ela.

Em suma, as espécies vivas “escapam” do formigamento [*au fourmillement*] de indivíduos e espécies, elas só podem ser classificadas porque vivem e a partir do que escondem. Calcula-se [*on mesure*] a imensa inversão que tudo isso implica em relação à taxonomia clássica. Esta se construía inteiramente a partir de quatro variáveis de descrição (formas, número, disposição, tamanho) que eram percorridas, como que num único movimento, pela linguagem e pelo olhar; e nessa expansão [*étalement*] do visível a vida aparecia como efeito de um corte [*découpage*]— simples fronteira classificatória. *A partir de Cuvier, é a vida no que ela tem de não perceptível, de puramente funcional que funda a possibilidade exterior de uma classificação [...].* O ser vivo era uma localidade da classificação natural; o fato de ser classificável é agora uma propriedade do vivente. Assim desaparece o projeto de uma taxonomia geral; desaparece assim a possibilidade de desenvolver uma grande ordem natural que iria sem descontinuidade do mais simples e inerte ao mais vivo e complexo; assim desaparecia a busca pela ordem como solo e fundamento de uma ciência geral da natureza. Assim desaparecia a “natureza” - entendendo-se que ao longo da época clássica ela não existiu primeiro como “tema”, como ideia, como recurso indefinido de saber, mas como espaço homogêneo das identidades e das diferenças ordenáveis. [...]. A vida não é mais o que se pode distinguir de forma mais ou menos certa do mecânico; ela é aquela em que se fundam todas as distinções possíveis entre os viventes. (FOUCAULT, 1966, p. 280-1, grifos próprios).

Destarte, qual a condição de existência da representação?<sup>11</sup> Através de qual relação funcional é fundada a possibilidade daquilo que é representado? É perceptível que nesse

---

<sup>10</sup> Nesse ponto da discussão Foucault cita nominalmente: “Canguilhem 1. Sobre a inexistência da noção biológica de *milieu* no século XVIII, Cf. G. Canguilhem, *La Connaissance de la vie* (Paris, 2 éd., 1965), p. 129-154” (FOUCAULT, 1966, p. 169).

<sup>11</sup> “Não são, portanto, as próprias representações, de acordo com as leis de um jogo que propriamente lhes pertence, que poderiam desdobrar-se a partir de si mesmas e em um único movimento decomporem-se (através da análise) e recomporem-se (através da síntese): apenas os julgamentos da experiência ou as observações empíricas podem fundar-se no conteúdo da representação. Qualquer outra ligação, se deve ser universal, deve fundar-se para além de toda experiência, no *a priori* que a torna possível. Não que se trate de outro mundo, mas das condições sob as quais pode existir toda representação do mundo em geral” (FOUCAULT, 1966, p. 255).

momento a apreensão da coisa (do significado) a partir da palavra (o signo) não é mais possível. Existe uma interioridade nas coisas (nos seres vivos) que não é passível de representação e que só pode ser apreendida a partir das condições que a tornam possíveis. Nesse ponto, junto ao conceito de vida, surge o conceito de meio e a análise de Canguilhem e de Foucault se encontram. O meio só surge no momento em que se coloca a *relação funcional* entre o que é visível (o exterior) e a interioridade transcendental.

Rompendo a antiga continuidade clássica do ser e da natureza, a força dividida da vida vai fazer aparecer formas dispersas, mas todas ligadas às condições de existência. Em alguns anos, na passagem entre os séculos XVIII e XIX, a cultura europeia modificou completamente a espacialização fundamental do vivente: para a experiência clássica, a vida era um compartimento ou uma série de compartimentos na taxonomia universal do ser; se a sua localização geográfica tinha um papel (como em Buffon), foi para fazer aparecer variações que já eram possíveis. A partir de Cuvier, o vivente se envolve sobre si mesmo, rompe suas vizinhanças taxonômicas, se desprende do vasto plano coercivo de continuidades e constitui um novo espaço: espaço duplo na verdade - pois é aquele do interior, as coerências anatômicas e as compatibilidades fisiológicas, e aquele exterior, os elementos onde ele reside para torná-lo seu próprio corpo. Mas estes dois espaços têm uma ordem unitária: já não é mais aquela das possibilidades de ser, é a das condições de vida. Todo o *a priori* histórico de uma ciência dos seres vivos encontra-se assim do avesso e renovado (FOUCAULT, 1966, p. 287).

Em linhas gerais, com a modernidade o ser vivo deixa de ser meramente uma categoria taxonômica e se aloja em um espaço duplo: o ser vivo é seu funcionamento fisiológico e sua distribuição anatômica, mas também é o que é produzido a partir da relação com o exterior. Surge a vida e como conceito basal para pensá-la, dentro da biologia, o conceito de meio. A partir de então o questionamento das condições de vida daquele ser vivo passa a ser o centro das ciências biológicas, e como veremos, de saberes e práticas que se ocupam do homem de maneira geral. Em um movimento análogo, de desprendimento do primado da representação, surge também a possibilidade de conceber trabalho e linguagem na episteme moderna. Trata-se de um dos argumentos centrais do livro. Nesse ponto, está posta e registrada a influência do argumento de Canguilhem em *Les Mots et les Choses*, seja como influência metodológica, temática ou por meio de uma continuidade conceitual.

### **O meio como foco da prática**

Em 1958, ao questionar o estatuto da psicologia, Canguilhem estabeleceu uma relação entre o conceito de meio e práticas socioeconômicas<sup>12</sup>. Trata-se de uma análise da transformação nas concepções da relação entre meio e o ser vivo no século XIX:

---

<sup>12</sup> Como pontuado por Roberto Machado (2006, p. 24-5) extrapolar a análise conceitual não era uma prática comum ao pensamento de Georges Canguilhem.

Em primeiro lugar, razões científicas, nomeadamente a constituição da Biologia como uma teoria geral das relações entre organismos e ambientes, e que marca o fim da crença na existência de um reino humano separado; depois, razões técnicas e económicas, nomeadamente o desenvolvimento de um regime industrial orientando a atenção para o carácter industrioso [*industrieux*] da espécie humana e que marca o fim da crença na dignidade do pensamento especulativo; por fim, razões políticas que se resumem ao fim da crença nos valores do privilégio social e na difusão do igualitarismo: o recrutamento e a educação pública tornando-se uma questão de Estado, a exigência de igualdade face aos deveres militares e funções civis (a cada um segundo o seu trabalho, ou os seus trabalhos, ou os seus méritos) é o verdadeiro fundamento, embora muitas vezes despercebido, de um fenómeno específico das sociedades modernas: a prática generalizada da expertise, em sentido lato, como determinação de competências e rastreio de simulação. (CANGUILHEM, 1958, p. 21-2).

Pudemos ver até então como a elaboração de Canguilhem sobre o conceito de meio se relaciona com a análise de Foucault em *Les mots et les choses*. A partir dessa citação, nota-se também como uma dimensão prática do surgimento do conceito de meio também é aludida por Canguilhem. Teria ela alguma relação com a conotação que a noção de meio irá adquirir em outras obras de Foucault? Nota-se como alguns elementos que serão extensivamente discutidos por Foucault, particularmente na fase genealógica, encontram-se nessa citação de seu mestre.

O principal deles se refere ao que será posteriormente formulado como o conceito de biopolítica. No entanto, não é apenas durante a genealogia que as reflexões sobre as implicações socioeconômicas da interação entre meio e vivente foram formuladas. De acordo com Machado (2006), a relação entre elementos externos ao discurso de ordem socioeconômica e a análise conceitual não é homogênea em Foucault, mesmo na arqueologia. Ela varia em conformidade ao objetivo perquirido pelo autor. Em *Histoire de la folie*, por exemplo, Foucault não limita sua análise ao âmbito conceitual. Nessa linha, Conti (2022) afirma que o tema do biopoder já se encontra nos escritos iniciais de Foucault e que a análise do surgimento da vida como um conceito moderno servirá de base para sua análise genealógica (p. 185). Em nossa linha argumentativa, pode-se pensar que um dos eixos dessa coerência conceitual se refere ao tema do meio, visto que ele perpassa a obra de Foucault desde seus primeiros escritos. Vejamos como essa noção se imiscui nos aspectos de ordem concreta mencionados por Foucault em suas análises arqueológicas.

Em *Histoire de la Folie*, Foucault descreve como a instituição asilar em Pinel e W. Tuke encontrou um de seus fundamentos no objetivo de reestabelecer uma natureza da qual o louco encontrava-se desviado. Ao analisar a importância crescente da influência dos fatores ambientais na experiência da loucura, Foucault delineia, ainda no nível dos saberes médicos, a transformação engendrada pela importância do conceito de meio:

O sistema das causas, portanto, sofreu uma dupla evolução no curso do século XVIII: as causas próximas não cessaram de aproximar-se, instituindo entre a alma e o corpo uma relação linear que apagava o antigo ciclo de transposição das qualidades. As causas distantes não cessavam, ao mesmo tempo, pelo menos na aparência, de ampliar-se, multiplicar-se e dispersar-se, mas de fato, sob essa ampliação, esboçava-se uma nova unidade, uma nova forma de ligação entre o corpo e o mundo exterior. [...] E a experiência médica da loucura se desdobra de acordo com esta nova partilha: fenômeno da alma provocado por um acidente ou uma perturbação do corpo; fenômeno do ser humano em sua inteireza — alma e corpo ligados numa mesma sensibilidade — *determinado por uma variação das influências que o meio [milieu] exerce sobre ele: afecção local do cérebro e perturbação geral da sensibilidade.* (FOUCAULT, 1972, p. 243).

Trata-se da relação de funcionalidade estabelecida entre o corpo e o mundo exterior, entre o vivente e o seu meio posta a partir do momento em que “surge” a vida. Fatores de ordens diversas provindos do exterior atingiriam um determinado local na estutura cerebral e decorreria a loucura como uma desordem global da “sensibilidade”. A loucura (e o mesmo será visto com doenças orgânicas em *Naissance de la Clinique*) encontrará sua gênese em fins do século XVIII em um meio desviante com relação ao estado de natureza: o ar, a umidade, a falta de determinados alimentos e minerais, o excesso de leitura, a vida nas cidades.

Num único e mesmo movimento, o asilo, nas mãos de Pinel, se torna um instrumento de uniformização moral e de denúncia social. Trata-se de fazer reinar sob as espécies do universal uma moral que se imporá do interior às que lhe são estrangeiras e onde a alienação já é dada antes de manifestar-se nos indivíduos. *No primeiro caso, o asilo deverá agir como despertar e reminiscência, invocando uma natureza esquecida: no segundo, terá de agir por deslocamento social, para arrancar o indivíduo de sua condição.* (FOUCAULT, 1972, p. 514-515, grifos nossos).

Para que a doença se “abola em sua verdade” e o indivíduo retorne ao estado de natureza, é necessário que se ofereçam as *condições* para tal. No contexto posterior imediato à Revolução Francesa, Foucault demonstra que as condições ideais de cura se referem à organização do asilo a partir de um “complexo parental”: o asilo é estruturado como uma família burguesa, meio considerado natural, regenerador e capaz de fornecer a cura para a loucura. A mesma condição aparece em *Naissance de la Clinique*:

O Comitê de Mendicidade da Assembleia Nacional aderiu, ao mesmo tempo, às ideias dos economistas e àquelas dos médicos que estimam que o único lugar possível de reparação da doença é o meio natural [*milieu naturelle*] da vida social – a família. [...] Na família, a doença está em estado de “natureza”, isto é, conforme sua própria natureza e livremente oferecida às forças regeneradoras da natureza. [...] Para esses [pobres e sem família] é necessário criar ‘casas comunais de doentes’ que deverão funcionar como substitutos da família e fazer circular, na forma da reciprocidade, o olhar da compaixão; [...]. Assim, a doença encontrará em toda a parte seu lugar natural, ou quase natural: ela ali terá a liberdade de seguir o seu curso e de abolir-se em sua verdade. (FOUCAULT, 1963/2007, p. 38-39).

A importância que a noção de meio ganha no século XVIII será retomada por Foucault em diferentes momentos da genealogia de maneira revisitada, mas coerente com o que já havia aparecido em seus trabalhos arqueológicos. Dentre esses momentos encontra-se o texto *La Politique de la santé au XVIIIe siècle*, ao se referir ao surgimento de uma “saúde pública” com a estruturação da assistência médica a partir do que ele denomina naquele momento como “nosopolítica”. Por nosopolítica Foucault entende não uma “uma intervenção uniforme do Estado na prática da medicina, mas sim a emergência, em pontos múltiplos do corpo social, da saúde e da doença como problemas que demandam, de uma maneira ou de outra, um encargo coletivo” (FOUCAULT, 1976/1994, p. 14-15). Foucault ressalta que o estabelecimento da medicina no século XIX é inerente à estruturação de uma política de saúde que concebe a doença como uma questão política e ao mesmo tempo econômica (FOUCAULT, 1976/1994).

O tema que até então na arqueologia ocupava as margens, as notas de rodapé, o fundo de uma grande análise sobre a experiência da loucura ou das transformações dos conceitos que subjazeram ao nascimento da clínica, parece ocupar agora o centro. Trata-se da estatização dos fenômenos biológicos de uma *população*, do que ele viria a denominar no mesmo ano como biopolítica. E por meio de que tipos de ação se materializou a nosopolítica e a biopolítica da população? Um dos eixos de ação dizia respeito à intervenção no meio, nas condições de vida vistas como responsáveis por condições consideradas improdutivas ou indesejadas (os pobres, os doentes, a mortalidade infantil, os loucos). É preciso *reorganizar os espaços* que abrigam os doentes: a estrutura interna do hospital, o local da cidade onde ele se situa. Ademais, como organizá-lo de forma menos custosa e mais fácil de controlar? Ainda, como reduzir a mortalidade infantil que é onerosa em termos de mão-de-obra futura para o Estado? É necessário estabelecer

[...] obrigações de ordem física (cuidados, contatos, higiene, limpeza, proximidade atenta); amamentação das crianças pelas mães; preocupação com um vestuário sadio; exercícios físicos para assegurar o bom desenvolvimento do organismo [...]. A família não deve ser mais somente uma rede de relações que assim se inscreve em um estatuto social, em um sistema de parentesco, em um mecanismo de transmissão de bens. Deve-se tornar um meio [*milieu*] físico denso, saturado, permanente, contínuo que envolva, mantenha e favoreça o corpo da criança. (FOUCAULT, 1976/1994, p. 19).

É esse o conteúdo que é retomado no mesmo ano por Foucault, na última aula de *Il faut défendre la société*, em que ele formula o conceito de biopolítica. Mais uma vez a noção de meio como um problema médico, econômico e político é retomada como um dos domínios da ação da biopolítica.

Enfim, último domínio (enumero os principais, em todo caso os que apareceram no final do século XVIII e no início do XIX; haverá muitos outros depois): a consideração com as relações entre a espécie humana, os seres humanos enquanto espécie, enquanto

seres vivos, e, então, seu meio [*milieu*], seu meio [*milieu*] de existência - sejam os efeitos aparentemente brutos do meio [*milieu*] geográfico, climático, hidrográfico: os problemas, por exemplo, dos pântanos, das epidemias ligadas à existência dos pântanos durante toda a primeira metade do século XIX. E, igualmente, o problema desse meio [*milieu*], na medida em que não é um meio [*milieu*] natural e em que tem efeitos de retorno na população; um meio [*milieu*] que foi criado por ela. Será, essencialmente, o problema da cidade. (FOUCAULT, 1975-76/1997, p. 218, *grifos nossos*).

Mas é apenas no ano seguinte, quando Foucault conduz a questão da biopolítica em torno da *governamentalidade*, que o meio passa a ocupar uma posição mais central na discussão. O problema da organização da cidade continua a reverberar nas formulações sobre o biopoder e no meio dessa discussão a noção de *milieu* é retomada, já na primeira aula do curso, ao compor o argumento de Foucault de modo mais central. A primeira aula do curso *Securité, territoire, population* se inicia com o tema com o qual Foucault fechou o curso *Il faut défendre la société*: o biopoder. Em particular, Foucault se propõe discutir a problemática da manutenção da segurança na sociedade. Trata-se de como manter a taxa de criminalidade em um grau social e economicamente aceitável, isto é, em um limite que não prejudique o funcionamento da sociedade nem sua economia. A resposta a essa problemática é engendrada, de acordo com Foucault, a partir de três mecanismos: o mecanismo jurídico, com funcionamento binário entre a lei e a punição pelo seu descumprimento; o mecanismo disciplinar, que insere um terceiro termo na relação binária do mecanismo jurídico a partir de um estado de vigilância; e o mecanismo de segurança, que rompe o binarismo do mecanismo jurídico do que é permitido e do que é proibido ao introduzir o cálculo da probabilidade do que é uma média de crime aceitável e que não será danosa social e economicamente (FOUCAULT, 1977-1978/2004).

Não é possível, nem é a intenção de Foucault, estabelecer uma gênese linear desses mecanismos, mas sim investigar a transformação nas técnicas pelos quais eles atuaram e atuam na sociedade moderna e, principalmente, estabelecer o sistema de correlação entre eles. No esquema clássico, entre o fim da Idade Média e o início do século XVIII, o mecanismo preponderante teria sido o mecanismo jurídico: trata-se do exercício da soberania sobre determinado território. Com o advento da modernidade no século XVIII, dois últimos mecanismos teriam agido concomitantemente de modo intenso (como proposto por Foucault em momentos anteriores ao tratar do biopoder e do anatomopoder). O corpo dos indivíduos teria ficado ao encargo dos mecanismos de disciplina, e em torno do conjunto da *população* teriam se articulado os mecanismos de segurança (estes que, de acordo com Foucault,

preponderariam no momento em que ele professa tal lição). No entanto, o mecanismo jurídico não deixou de atuar na sociedade, Foucault propõe, por exemplo, que no mecanismo de segurança se encontraria a reativação de técnicas jurídicas e disciplinares (FOUCAULT, 1977-1978/2004).

Foucault em seguida se propõe a analisar comparativamente a problemática da cidade concebida a partir desses três mecanismos de segurança em momentos distintos da história (FOUCAULT, 1977-1978/2004).

Digamos para resumir tudo que, enquanto a soberania capitaliza um território, colocando o problema maior da sede do governo, enquanto a disciplina arquitetura um espaço e se coloca como problema essencial uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos, a segurança vai tentar organizar um meio [*milieu*] em função de acontecimentos ou de séries de acontecimentos ou de elementos possíveis, séries que será preciso regularizar em um quadro multivalente e transformável. [...] O espaço no qual se desdobram séries de elementos aleatórios, é, creio eu, é praticamente o que se chama de meio [*milieu*]. [...]. Os dispositivos de segurança trabalham, fabricam, organizam, arranjam um meio [*milieu*] antes mesmo que a noção tivesse sido formada e isolada. O meio [*milieu*] vai ser, portanto, como se faz a circulação. O meio [*milieu*] é um conjunto de rios, pântanos, colinas, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas, etc. [...] E, finalmente, o meio [*milieu*] aparece como um campo de intervenção onde no lugar de atingir os indivíduos como um conjunto de sujeitos de direito capazes de ações voluntárias - o que foi o caso da soberania -, no lugar de atingi-los como uma multiplicidade de organismos, de corpos suscetíveis de performances, e de performances requeridas como na disciplina, vai se tentar atingir, precisamente, uma população. Quero dizer uma multiplicidade de indivíduos que existem apenas profundamente, essencialmente, biologicamente ligados à materialidade no interior da qual existem. (FOUCAULT, 1977-78/2004, p. 22-23).

É por isso que, nesse momento de sua produção, Foucault irá propor que um dos elementos fundamentais dos mecanismos de segurança, tomando como exemplo Moheau, é um projeto que se dirige ao meio (ainda que ele não seja nomeadamente um conceito nesse momento). Nesse momento da aula, Foucault retoma o trabalho de Canguilhem ao citar que a noção de meio teria surgido na física de Newton e que ela aparece na biologia em Lamarck. Não há referência no manuscrito elaborado por ele para aula ou retomada pelos organizadores da referência ao texto referido por Foucault em *Les mots et les Choses* sobre *Le vivant et son milieu* de Canguilhem. No entanto, a referência é clara.

É interessante que o meio reapareça, mas não é surpreendente dada a sua recorrência no pensamento de Foucault. O que é imprescindível salientar é o fato de ele ter passado agora ao primeiro plano depois de por tanto tempo ter ocupado as margens. Ao deparar com as mudanças no emprego da noção de meio entre a arqueologia e a genealogia notamos um jogo de alternância do que é figura e do que é fundo sem que seja perdida a coerência conceitual do que Foucault problematiza. Essa hipótese é fortalecida quando Foucault, ainda em *Securité*,

*territoire, population*, retoma a passagem entre História natural e biologia de *Les mots et les choses* e a articula novamente com a noção de meio.

Pegue agora o caso da história natural e da biologia. No fundo, a história natural, vocês sabem, tinha essencialmente por papel e função determinar quais eram os caracteres classificadores dos seres vivos, permitindo reparti-los nesta ou naquela parte do quadro. O que se [produziu] no século XVIII e início do XIX, foi toda uma série de transformações que fizeram que passássemos da identificação das características classificadoras para a análise interna do organismo, depois do organismo em sua coerência anátomo-funcional para as relações constitutivas ou regulatórias deste organismo com o meio [*milieu*] de vida. *Grosso modo*, é todo o problema Lamarck-Cuvier cuja solução está em Cuvier, cujos princípios de racionalidade estão em Cuvier. E, finalmente, passou-se, e esta é a passagem de Cuvier a Darwin, do meio [*milieu*] de vida em sua relação constitutiva com o organismo à *população*, a população que Darwin pôde mostrar que era, na verdade, o elemento através do qual o meio produzia os efeitos sobre o organismo. [...] Darwin descobriu que era a população que era o *médium* entre o meio [*milieu*] e o organismo, com todos os efeitos próprios à população: mutações, eliminações, etc. É a problematização, portanto, da população no interior dessa análise de seres vivos que permitiu passar da história natural à biologia. A articulação entre história natural e biologia encontra-se no lado da população. (FOUCAULT, 1977-78/2004, p. 79-80).

Foucault avança aqui temporalmente sua análise ao incluir Darwin, que é poucas vezes citado em *Les mots et les choses*. A História Natural de Lamarck classificava os seres vivos em quadro na idade clássica, onde não existia, segundo Foucault, o conceito de “vida” enquanto tal. Cuvier introduz a análise interna do organismo, que Foucault denomina como um coerência anátomo-funcional, fazendo surgir a “vida”. No entanto, com Darwin, vê-se emergir uma teoria que tenta abarcar as relações constitutivas ou regulatórias entre o organismo e o meio de vida. É essa relação que faz emergir o objeto de Foucault ao tratar da biopolítica: a *população*.

E é a partir da constituição da população como correlativo das técnicas de poder que se pôde ver se abrir toda uma série de domínios de objetos pelos saberes possíveis. Em contrapartida, é porque esse conhecimento recortou sem cessar novos objetos [a vida, o trabalho, a linguagem] que a população pôde se constituir, continuar, se manter como correlativo privilegiado dos mecanismos de poder. Daí esta consequência: é que o tema do homem, através das ciências humanas que o analisam como ser vivo, indivíduo trabalhador, sujeito falante, deve ser compreendido a partir da emergência da população como correlativo do poder e como objeto de saber. (FOUCAULT, 1977-78/2004, p. 80-81).

Vimos como Foucault retoma nesse ponto da genealogia, inclusive, a análise de *Les mots et le choses* sobre a passagem entre a episteme clássica e a moderna (sem utilizar a palavra episteme) no âmbito da economia e da língua e também das ciências da vida para propor que o operador dessa transformação deve ser buscado no fenômeno da população. Trata-se, portanto, não apenas da retomada de um tema que parece ter emergido da relação com o método e a obra de Canguilhem, mas de uma revisitação e reformulação do seu próprio trabalho conceitual.

## Conclusão

Vimos como a noção de meio aparece na obra arqueogenealógica de Foucault de maneira recorrente, e ele o faz sob duas perspectivas: uma da condição de possibilidade de sua emergência com o surgimento da episteme moderna; e outra como uma concepção que terá consequências de ordem prática. No entanto, pudemos notar como essas duas formas aparecem desde o início da sua obra na arqueologia. Quer dizer, a dimensão da prática da noção de meio já se encontra presente, ainda que desempenhando um papel secundário, na arqueologia de Foucault. Na mesma linha, a discussão conceitual da noção de meio (e a consequente menção à produção de Canguilhem) será retomada no final da genealogia em *Securité, territoire, population*.

Como conclusão, dois pontos são salientados. Pudemos ver, primeiramente, como em pontos diversos da arqueogenealogia a dimensão conceitual do surgimento do conceito de *milieu*, herança de Canguilhem, é retomada por Foucault. Vimos também que essa retomada é efetuada mesmo nos momentos em que Foucault a articula à dimensão conceitual do *milieu* (dimensão que curiosamente também aparece em Canguilhem anos antes, mesmo que extrapolar o conceito não lhe fosse usual). Parece ser possível afirmar que, no que concerne ao *milieu*, a influência de Canguilhem em Foucault é evidente. Em segundo lugar, intentamos fornecer subsídios que fortaleçam a hipótese da continuidade entre o projeto arqueológico e genealógico e que esta teve lugar no momento em que Foucault se deu conta de que “a dimensão do que existe a ser feito só pode aparecer, ao que parece, dentro de um campo de forças que não pode de forma alguma ser controlado ou exercido no interior desses [dos] discursos” (FOUCAULT, 1977-78/2004, p. 5).

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANGUILHEM, G. *La connaissance de la vie*. Paris : J Vrin, 2015[1965].

CANGUILHEM, G. *Le normal et le pathologique*. Paris : Presses Universitaires de France, « Quadrige », 2021[1943/1966].

CANGUILHEM, G. Qu'est-ce que la psychologie ? In : *Métaphysique et de Morale*, n. 1, p. 12 – 25, 1958.

CONTI, D. A Questão da Vida no Pensamento de Michel Foucault. In: *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, v. 10, n. 1, p. 177-197, 2022. <https://doi.org/10.26512/rfmc.v10i1.47473>

DELEUZE, G. *Foucault*. Paris : Les éditions de minuit, 2004[1986].

FOUCAULT, M. *Histoire de la folie à l'âge classique*. Paris : Gallimard, 1972.

FOUCAULT, M. *Il faut défendre la société*. Cours au Collège de France, 1976. Paris : Seuil/Gallimard, 1997[1975/1976].

FOUCAULT, M. *L'archéologie du savoir*. Paris : Galimard, 1996[1969].

FOUCAULT, M. La politique de la santé au XVIII siècle. In : DEFERT, D.; EWALD, F.; LAGRANGE, J. (Eds.). *Dits et Écrits III*. Paris : Gallimard, 1976/1994. 4 v. p. 13-27.

FOUCAULT, M. La vie : l'expérience et la science. In : DEFERT, D.; EWALD, F.; LAGRANGE, J. (Eds.). *Dits et Écrits IV*. Paris : Gallimard, 1985/1994. 4 v. p. 763-776.

FOUCAULT, M. *Les mots et les choses*. Une archéologie des sciences humaines. Paris : Gallimard, 1966.

FOUCAULT, M. *Naissance de la Clinique*. Paris : Quadrige/PUF, 2007[1963].

FOUCAULT, M. *Sécurité, territoire, population*. Cours au Collège de France, 1977-1978. Paris : Seuil/Gallimard, 2004[1977/1978].

MACHADO, R. *Foucault, a ciência e o saber*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MUHLE, M. Uma Genealogia da Biopolítica: A Noção de Vida em Canguilhem e Foucault [A Genealogy of Biopolitics: The Notion of Life in Canguilhem and Foucault]. In: *Revista de Filosofia Aurora*, v. 33, n. 58, p. 299-323, 2021. Tradução: Davi Maranhão de Conti.

PORTO CARRERO, V. *As ciências da vida: De Canguilhem a Foucault*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

REVEL, J. *Dictionnaire Foucault*. Paris : Ellipses, 2008.

REVEL, J. *Le vocabulaire de Foucault*. Paris : Elipses, 2002.

RUELLE, C. Population, milieu et normes. Note sur l'enracinement biologique de la biopolitique de Foucault. In : *Labyrinthe [En ligne]*, v. 22, n. 3, p. 27-34, 2005. <https://doi.org/10.4000/labyrinthe.1031>